

SUPERPOPLAÇÃO RELATIVA NA ATUALIDADE: uma leitura a partir dos dados estatísticos sobre “desocupação” e “inatividade” da força de trabalho produzidos pela PNADC/IBGE

Elizete Menegat*
Dayane Andrade Cardoso da Silva**

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa é refletir em torno da categoria social e analítica dos supérfluos do mundo do trabalho na atualidade, quando se observa o amadurecimento das novas tecnologias altamente poupadoras de força de trabalho desenvolvidas pela 4ª revolução industrial. Como objetivo específico, buscamos analisar o crescimento dos supérfluos, atualmente, no Brasil, a partir de dados da série histórica da PNADC/IBGE.

Palavras-chave: Supérfluos; Inativos; Desocupados; 4ª revolução industrial.

ABSTRACT

The general objective of this research is to reflect on the social and analytical category of the "superfluous" in the world of work today, when the maturation of new technologies that are highly labor-saving developed by the 4th industrial revolution is observed. As a specific objective, we seek to analyze the growth of superfluous in Brazil, based on data from the PNADC/IBGE historical series.

Keywords: Superfluous; Inactive; Unemployed; 4th industrial Revolution.

1 INTRODUÇÃO

Como se sabe, a crítica da economia política considera que a constituição de uma camada de seres humanos desnecessários ao sistema de produção de mercadorias é um dos fundamentos da própria estrutura de estratificação social exigida pelo capitalismo. A origem social dos supérfluos remonta, pois, ao próprio processo de criação, pelo capital, das formas de divisão social e técnica do trabalho

* Professora Assistente na Faculdade de Serviço Social/Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil; Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Planejamento Urbano e Regional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. e-mail: emmenegat@gmail.com

**Estudante de graduação em Serviço Social/ Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. Bolsista de Iniciação Científica no projeto “Território e limites da reprodução da vida nas periferias”; e-mail: dayaneacardosos@gmail.com.

exigidas pela produção do mais-valor. Na sociedade do trabalho mercantilizado, a existência de um exército permanente de supérfluos constituiu-se, desde então, em um mecanismo fundamental para rebaixar o salário a um valor mínimo necessário à reprodução da força de trabalho garantindo, assim, uma condição fundamental para a apropriação do mais-valor pelo capital.

Nesse sentido, ambos, o contingente dos necessários e o contingente dos desnecessários à produção – os supérfluos -, constituíram-se, lógica e dialeticamente, essenciais ao processo de valorização do capital e da acumulação capitalista. Em outras palavras, tanto os necessários quanto os desnecessários foram historicamente constituídos como partes funcionais da mesma forma de organização social do trabalho que foi imposta pelo moderno sistema mundial de produção de mercadorias. Portanto, não só o exército permanente de trabalhadores ativos, mas, também, o exército permanente dos inativos foi constituído pelo imperativo da valorização do capital. A existência de ambos foi, desde o princípio, determinada pela lei do valor (MARX,1984:195).

Entre os séculos XVI e XVIII, o movimento violento da acumulação originária do capital gerou, no centro europeu e na periferia colonial, uma gigantesca massa de força de trabalho explorável. O nascente sistema mundial de produção de mercadorias, depois de roubar a propriedade das condições de reprodução dos camponeses e artesãos, na Europa, e dos povos originários, na periferia colonial, separou funcionalmente a massa mundial de exploráveis em socialmente necessários e socialmente desnecessários. Além desta cisão econômica fundamental, produziu-se a cisão racial em brancos e não brancos e, em homens e mulheres e masculinos e femininos (QUIJANO:2005),(LUGONES, 2008). Com o objetivo de produzir mais-valor, o novo padrão eurocêntrico de poder combinou todos os modos historicamente conhecidos de controle sobre o trabalho, os recursos e os produtos. Os colonizados – negros e indígenas – foram violentamente incorporados a este moderno sistema mundial de produção de mercadorias como fração da força de trabalho a ser explorada pelos regimes de escravidão e de servidão, com o objetivo único de produzir lucros para o moderno sistema europeu. Durante cerca de quatro séculos, o trabalho assalariado foi privilégio, quase exclusivo, dos homens brancos. QUIJANO:2005).

Determinada pela lei do valor, a quantidade de supérfluos cresce na razão direta do desenvolvimento das forças produtivas e do progresso da acumulação (MARX, 1984). Portanto, a relação entre a quantidade dos que são considerados

necessários à produção e a quantidade dos que são considerados desnecessários, varia historicamente. Em termos relativos, o número de supérfluos cresceu, no mundo, em todos os momentos em que houve desenvolvimento tecnológico e, conseqüentemente, aumento da produtividade do trabalho. E, a partir de meados dos anos 1970, quando as tecnologias da 3ª revolução industrial começam a amadurecer, começa-se a observar, pela primeira vez, o crescimento não apenas relativo, mas, também absoluto, do número de supérfluos. É deste período a criação do termo “desemprego estrutural” para denominar este fenômeno de criação, no nível mundial, de uma massa humana de desempregados e inativos que já não podia mais ser caracterizada como exército industrial de reserva, uma vez que a sua existência começava exceder, em muito, as quantidades funcionais de supérfluos exigidos pelo sistema. Desde então, a substituição do trabalho vivo por mecanismos cada vez mais autômatos, vem evidenciando a trágica superfluidade do próprio trabalho.

Mas, como medir a variação histórica das quantidades de supérfluos e estimar o seu futuro? As melhores janelas para a observação do crescimento das quantidades de supérfluos, são os momentos históricos de elevação da produtividade proporcionada pelas revoluções das matrizes tecnológicas, as denominadas revoluções industriais (KURZ: 2018). Desde a acumulação originária e, posteriormente, nos anos críticos do primeiro desemprego tecnológico criado pela emergência da 1ª Revolução Industrial e, principalmente, um século depois, com a 2ª Revolução Industrial, as periferias colonizadas foram utilizadas como depósitos de supérfluos gerados pelos países europeus (BAUMAN, 2005). Ao longo da segunda metade do século XIX, na época em que nascia a 2ª Revolução Industrial, a Europa descartou milhões de supérfluos que vieram aportar nas Américas. Para recebê-los, as nações periféricas que se beneficiavam do trabalho escravizado de não-brancos, foram pressionadas, antes por razões econômicas do que humanitárias, a realizar a transição para o trabalho livre. À imensa maioria dos não-brancos coube, desde então, o lugar e a função de supérfluos na estrutura do trabalho produtor de mais valor (MENEZES, 2013).

Não só na América mas, em todo o planeta, os movimentos permanentes de expansão do capitalismo criaram, em quantidades cada vez mais crescentes, “uma massa racializada de supérfluos” (McINTYRE:2011) que, atualmente, pode ser analisada como resultado do novo pico de aumento da produtividade do trabalho, impulsionado pela 4ª revolução industrial. Entre 2008-2012, entramos, globalmente,

na era da 4ª revolução industrial. A ultrapassagem definitiva da 3ª revolução industrial para a 4ª vem sendo reconhecida pelo salto disruptivo no padrão das relações dos humanos com as máquinas e das máquinas entre si. A 4ª revolução industrial representa um novo movimento de aceleração dos processos de automação industrial, desta vez possibilitados pela integração de inovações tais como a inteligência artificial, a manufatura digital (3D), a robótica, a internet das coisas e a computação em nuvem.

Conforme os autores do relatório *The challenge of slums*, “as cidades tornaram-se o depósito de lixo desta população excedente” (ONU, 2003, citado por DAVIS, 2006:91). Também para autores como Bauman (2005) e Davis (2006), estes “refugados” do sistema de produção de mercadorias vêm sendo depositados, como lixo, nos campos de refugiados, nas favelas e nas periferias das metrópoles mundiais onde formam uma verdadeira “orla dos párias”. Neste cenário de agudas desigualdades sociais, raciais e territoriais, os moradores das favelas e periferias urbanas encontram-se no limite da sobrevivência: definitivamente sem empregos, sem proteção do Estado e, tendencialmente, sem meios de viver.

Nesta direção, os objetivos deste trabalho são: 1) refletir em torno do conceito de “força de trabalho supérflua” a partir da contextualização deste fenômeno na atualidade, considerando as tecnologias altamente poupadoras de força de trabalho desenvolvidas pela 4ª revolução industrial que está em curso; 2) procurar dimensionar o problema representado pelo crescimento dos supérfluos, no Brasil, a partir de dados da série histórica da PNADC/IBGE.

Os dados desta pesquisa oficial vem confirmando o crescimento contínuo, nos últimos anos, de um contingente de brasileiros em idade de trabalhar que já não desenvolve qualquer atividade econômica, quer como ocupados no mercado formal ou no informal. Considerando o contexto mundial da introdução das tecnologias da 4ª revolução industrial em curso, o presente artigo limitou-se a estudar dados da PNADC sobre as relações, atualmente existentes, entre a quantidade de trabalhadores ativos (ocupados e desocupados) e a quantidade de trabalhadores inativos (não trabalham e não procuram emprego). Observamos um quadro de multiplicação descontrolada da camada de supérfluos do mundo do trabalho que, velozmente, tende a ultrapassar a camada de trabalhadores necessários ao sistema de produção de mercadorias.

2 FORÇA DE TRABALHO ATIVA E FORÇA DE TRABALHO SUPÉRFLUA NO BRASIL, ATUALMENTE

As contagens demográficas são um imperativo do sistema biopolítico de monitoramento das massas populacionais que, conforme, Foucault (2005), tanto serve para deixar viver ou para fazer morrer, dependendo da conjuntura. A pesquisa oficial contínua de certos fenômenos sociais, bem como a produção de dados estatísticos correspondentes, tem um papel instrumental para o sistema de controle social. Dada a importância estratégica destes fenômenos, exige-se que estas pesquisas oficiais sejam realizadas com um determinado rigor técnico e metodológico visando alcançar resultados confiáveis. Tudo indica que a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua, a PNADC/IBGE¹, é um destes empreendimentos oficiais que, pelo menos desde 2012, vem investindo no aprimoramento do rigor técnico para a produção contínua de dados estatísticos sobre as quantidades de trabalhadores necessários e a quantidade de supérfluos existentes. Os dados da PNADC são, portanto, estratégicos para governos e para corporações transnacionais que exigem informações confiáveis tanto sobre o andamento das atividades produtivas e o comportamento do mercado de trabalho, quanto sobre os níveis de desagregação social, no país, nestes tempos de crise global agônica.

A PNAD/IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – foi criada em 1967 pela ditadura civil militar. Ao longo dos seus 54 anos de existência, este poderoso instrumento de coleta de dados e de produção de indicadores sociais e econômicos passou por diversas mudanças na sua metodologia. Entre as mudanças recentes mais importantes, encontra-se a que ocorreu em 2012, quando passou a ser definida como PNAD-Contínua (PNADC).

A PNADC ampliou a abrangência territorial passando a cobrir, de três em três meses, municípios e regiões metropolitanas em todo território nacional. Produziram-se, assim, condições para um acompanhamento trimestral das flutuações entre oferta e demanda da mercadoria força de trabalho em escala nacional. Um dos resultados principais da PNADC, foi, nesse sentido, a criação das séries históricas que, a partir de 2012, tornaram possível observar, medir e comparar – com iguais critérios – o fenômeno de redução do contingente da força de trabalho ativa – os ocupados - e o

¹ Como o nome diz, trata-se de uma pesquisa por amostra domiciliar e não censitária, por isto, seus resultados devem sempre ser pensados como tendências e aproximações da realidade.

crescimento da força de trabalho supérflua – desocupados e inativos, segundo a nomenclatura do IBGE.

É importante assinalar que estas atualizações na metodologia da PNADC foram orientadas pela OIT (Organização Internacional do Trabalho/ONU)(SIDRA/IBGE)². A OIT recomenda, mundialmente, a padronização de conceitos, métodos e técnicas de medição e produção de estatísticas sobre o movimento mundialmente flutuante de ocupação, desocupação e inativação da força de trabalho. Tais padronizações são consideradas fundamentais para possibilitar comparações do fenômeno nos vários níveis regionais, nacionais e internacionais. Não se pode deixar de observar que a aplicação de técnicas mais precisas de investigação da flutuação da força de trabalho propostas pela OIT resultam de preocupações dos governos não, apenas, com as economias, mas, também, com o “perigo” representado pelo crescimento desmesurado dos supérfluos, principalmente, nas periferias do capitalismo³ (ILO, 2018).

A principal recomendação OIT, e incorporada pela PNAD, incidiu sobre o conceito de “trabalho”. Até então, utilizavam-se os conceitos de “emprego” e “desemprego” para os fins da produção de estatísticas oficiais. A OIT orientou a PNAD a adotar como conceito de “trabalho”: “qualquer atividade realizada por pessoas para produzir bens ou fornecer serviços, independentemente do seu caráter formal ou informal ou da legalidade da atividade”. A substituição da palavra “emprego” pela palavra “trabalho”, possibilitou considerar e medir, como “trabalho”, não só o trabalho formal, mas, também, toda a enorme variedade de atividades, muitas vezes degradantes, abrigadas no guarda-chuva do trabalho informal.

A partir de 2012, a PNADC passou, então, a classificar, como “ocupados”, a totalidade dos trabalhadores formais somados à totalidade dos informais. Foram considerados formais, os assalariados dos setores público e privado, que têm carteira assinada. No mercado informal, passou-se a considerar os ocupados sem carteira de

² Não se pode deixar de observar que a PNADC sofreu pressões políticas para adotar as definições conceituais da 13ª CEIT/OIT (Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho/OIT. O Deputado Daniel Coelho (PSDB-PE), por exemplo, fez aprovar um projeto na Câmara dos Deputados que obriga os órgãos responsáveis pela mensuração do mercado de trabalho a seguirem as orientações da 13ª CEIT/OIT. Na ocasião, Coelho afirmou “os indicadores de emprego não podem ser distorcidos, pois afetam as decisões de eleitores, os mercados de ações e os movimentos de capitais e investimentos (Agência Câmara de Notícias, 2016).

³ Não é incomum ouvir de analistas econômicos a expressão “bomba-relógio” para referirem-se à situação explosiva representada pelo crescimento continuado das taxas de desocupação: “É assustadora a bomba-relógio que temos pela frente”. Ver Quadros (2019).

trabalho, os ocupados por conta própria sem CNPJ, os empregadores sem CNPJ, os diaristas e mensalistas sem vínculo formal e as pessoas que desenvolvem atividades produtivas sem receber remuneração.

Portanto, as mudanças na PNADC, em 2012, foram impulsionadas pela necessidade urgente dos governos produzirem instrumentos mais adequados para controlar, de modo contínuo e mais rigoroso, as repercussões internas causadas pelo movimento global e avassalador de destruição de um elevado número de postos de trabalho desencadeado, principalmente, depois da crise mundial de 2008. Este novo abalo da crise estrutural do capitalismo acelerou a introdução, em escala global, das tecnologias típicas da 4ª Revolução Industrial, produzindo efeitos sociais ainda mais catastróficos.

Do ponto de vista da utilidade econômica para o sistema de produção de mercadorias, a PNADC classifica a população brasileira total em dois grupos: 1) População em Idade Ativa (PIA), formada pelos que têm acima de 14 anos, e 2) população abaixo da idade ativa.

Por sua vez, o universo da PIA - população em idade de trabalhar - é dividido, pela PNADC, em dois grupos: os efetivamente ativos e os inativos. Os ativos são também reconhecidos, pela PNADC, como contingente da PIA que “está na força de trabalho” e, os inativos, o contingente da PIA que “está fora da força de trabalho”.

A População Economicamente Ativa (PEA), por sua vez, é formada pela reunião dos “ocupados” - os que exercem alguma ocupação, seja no mercado formal ou informal – e dos “desocupados” – os que não exercem qualquer ocupação, seja no mercado formal ou informal, mas, estão procurando ocupação. Assim, o percentual “dos que não trabalham, mas, estão procurando trabalho” é classificado, pela PNADC, como força de trabalho ativa e, portanto, relativamente funcional ao sistema de produção. Para os fins deste trabalho, consideramos que, os assim denominados, “desocupados” constituem aquele corpo de indivíduos supérfluos à produção, mas que ainda são competitivos e, portanto, capazes de disputar, entre si, as vagas rotativas e as eventuais novas vagas que surgirem, seja no âmbito formal ou informal.

Este grupo de excedentes do mundo do trabalho encontra-se próximo daquilo que poderíamos denominar, ainda hoje, de relativamente supérfluos⁴ ou exército de

⁴ No Capítulo XXIII, ao analisar a superpopulação relativa, Marx afirmou: “...a acumulação capitalista produz constantemente – e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões – uma população

reserva.. São, neste sentido, a camada dos supérfluos que ainda guarda certa funcionalidade para o sistema de produção, ao contrário do grupo que o IBGE classificou de “desalentados”, que são aqueles que desistiram de procurar trabalho e integram o contingente dos inativos.

Os assim denominados, pela PNADC, de “inativos” ou “fora da força de trabalho” – nem trabalham, nem procuram trabalho - podem ser considerados como o contingente dos definitivamente supérfluos. Tudo indica que eles foram definitivamente desativados do processo de produção de mercadorias. Estes, já não podem ser considerados úteis sequer como reserva de força de trabalho. O contingente massivo de inativos não desempenha mais qualquer função no mundo do trabalho.

Ao contrário da taxa de desocupação, o quantitativo dos inativos é, em geral, subnotificado pelos canais tradicionais de divulgação dos dados da PNADC – inclusive por vários canais de informação do próprio IBGE. O que, primeiro, aparece estampado nas manchetes são as “taxas de desocupação”, as quais dizem respeito, apenas, aos supérfluos funcionais - não trabalham, mas, procuram trabalho. A taxa de desocupação – também denominada de taxa de desemprego - não revela a totalidade dos que não trabalham, pois, não inclui o elevado percentual de supérfluos definitivos: os que nem trabalham e nem procuram trabalho.

Por exemplo, a taxa de desocupação, no 2º trimestre de 2020, foi de 13,6%, que correspondia a 12, 8 milhões de brasileiros. Esta taxa informa que 13,6% da população em idade de trabalhar está procurando trabalho e, portanto, mobilizada aguardando a eventual oportunidade de ocupação de alguma vaga. Contudo, poucas matérias noticiavam que, além dos 12,8 milhões, havia uma legião de 77,8 milhões de supérfluos na categoria dos que nem trabalhavam nem procuravam trabalho na data da pesquisa. Estes são os que desistiram de procurar trabalho; são os denominados, pela PNADC, de “fora da força de trabalho”. São os definitivamente supérfluos. Estes tendem a compor a orla dos miseráveis, dos “seres humanos não rentáveis” que não encontram mais condições “de viver do seu trabalho” e adquirir, no mercado, os meios de viver (KURZ, 2019). Trata-se da parcela que fica sem “fundos de subsistência” (MARX, 1984: 209).

trabalhadora adicional *relativamente supérflua* ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital (MARX, 1984: 199). Grifos nossos.

E, qual é a quantidade de supérfluos que o Brasil apresenta na atualidade? Considerando o total dos relativamente supérfluos e dos definitivamente supérfluos, o Brasil alcançava, no 2º semestre de 2020, a cifra de 90,6 milhões. Este cálculo resulta da soma de 12,8 milhões mais 77,8 milhões, acima comentado. Em porcentagem, o universo “dos que não trabalham” representava, naquela data, 52% da população em idade de trabalhar, como podemos observar na Tabela 1:

TABELA 1 – Total da PIA - população em idade de trabalhar X Total da PIA que trabalha (Taxa de ocupação) X Total da PIA que não trabalha (o universo que “não trabalha, mas, procura trabalho” + o universo que “não trabalha e nem procura trabalho”)

Ano	Total PIA (milhões)	Total da PIA que trabalha (milhões)	Percentual da PIA que trabalha (Tx de ocupação)	Total da PIA que não trabalha (milhões)	Percentual da PIA que não trabalha
2012/ 1º trimestre	156,38	88,00	56,3 %	68,3	43,7 %
2016 /1º trimestre	165,33	91,10	55,1 %	74,2	44,9 %
2020/ 2º trimestre	173,90	83,90	48 %	90,6	52 %

Fonte: Elaboração das autoras com base em dados da PNADC/IBGE

Do ponto de vista da série histórica, a Tabela 1 indica que, entre o 1º trimestre de 2012 e o 2º trimestre de 2020, a população em idade de trabalhar (PIA) passou de 156,38 milhões para 173,90 milhões. Isto é, em 8 anos, o universo da PIA ganhou 17,52 milhões de novos indivíduos, homens e mulheres. No mesmo período, 2012-2020, o contingente dos que não trabalham - que reúne os que não trabalham, mas, estão procurando ocupação somados aos que não trabalham e não procuram ocupação - passou de 68,3 milhões para 90,6 milhões. O contingente dos que não trabalham sofreu, portanto, um acréscimo de 22,3 milhões. Em outras palavras, entre 2012 e 2020, o percentual de brasileiros em idade ativa que não trabalha, passou de 43,7% para 52% do total de indivíduos da PIA. Isto é, no 2º trimestre de 2020, como afirmou Adriana Beringuy, analista de pesquisa do IBGE, o contingente que não trabalha ultrapassou, em números, o contingente que trabalha:

Pela primeira vez na série histórica da pesquisa [2012-2020], o nível da ocupação ficou abaixo de 50% (...). Isso significa que menos da metade da população em idade de trabalhar está trabalhando. Isso nunca havia ocorrido na PNAD Contínua (BERINGUY, 2020).

Entre 2012 e 2020, inverteu-se a relação entre os que estão ocupados - “os que trabalham” - e os que não estão ocupados - “os que não trabalham”. Isso não

pode passar despercebido. As formas de reprodução do capital, na era da 4ª revolução industrial, iniciada ao redor de 2010, parecem exigir, contraditoriamente ao imperativo de valorização do valor, a inutilização de parcelas majoritárias da população em idade de trabalhar. As novas tecnologias e o novo pico de produtividade que elas alcançaram é responsável por esta nova rodada de eliminação do trabalho vivo e, portanto, pela elevação do número de supérfluos a patamares assustadores.

Os dados indicam que, atualmente, não há lugar, nem mesmo na economia informal, para mais da metade da população brasileira em idade de trabalhar, como foi visto. Não surpreende que a maioria dos trabalhadores resgatados, pelos órgãos oficiais de fiscalização, retorne ao trabalho análogo à escravidão por falta de alternativas de sobrevivência (REPÓRTER BRASIL, 2011).

As séries históricas da PNADC informam, ainda, que, entre os ocupados, os negros – pretos e pardos – consolidaram-se como grupo majoritário no trabalho informal. Eles constituem maioria, principalmente, nas atividades informais mais mal remuneradas tais como, serviços domésticos, construção civil e agropecuária. E, entre os ocupados no setor formal, as séries revelam que os negros também são ampla maioria nas atividades que oferecem as mais baixas remunerações tais como os denominados serviços gerais vinculados à carga e descarga, limpeza, manutenção, segurança. E, os negros são, também, tragicamente majoritários no interior do imenso contingente formado pelos desocupados e pelos inativos: isto é, tanto entre os supérfluos relativos quanto entre os supérfluos definitivos. Nesse sentido, os negros e, principalmente, as mulheres negras, constituem a fração majoritária do universo de pobres e miseráveis do país. São, portanto, maioria entre os sujeitos que não podem garantir sua sobrevivência através do rendimento do seu trabalho uma vez que estão sendo definitivamente dispensados pelos robôs e computadores da nova era de produtividade do trabalho.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados da PNADC indicam um quadro de multiplicação descontrolada da camada de supérfluos que, velozmente, tende a ultrapassar a camada de trabalhadores necessários ao sistema de produção de mercadorias. O atual estágio de progresso da produtividade do trabalho alcançado pela 4ª revolução industrial é responsável pela nova rodada de eliminação do trabalho vivo. A diminuição das taxas

de ocupação, e a conseqüente elevação das taxas de desocupação e inatividade, vêm se manifestando como o principal indutor do aumento da desigualdade social, territorial, racial e de gênero. O contingente de supérfluos atualmente existentes constitui uma espécie de refúgio humano tendencialmente depositado nas periferias urbanas (BAUMAN, 2005; DAVIS, 2006).

Ao final deste estudo, indagamos sobre as alternativas de sobrevivência que vêm sendo desenvolvidas por este extenso grupo humano, formado por maioria não-branca, tendencialmente concentrado nas periferias urbanas, com pouco ou nenhum recurso monetário nesses tempos em que os itens necessários à reprodução da vida encontram-se totalmente mercantilizados e, paradoxalmente, o sistema de produção de mercadorias vem dispensando quantidades cada vez maiores de trabalho vivo.

Sem expectativa de poder vender o seu trabalho, ao supérfluo resta sobreviver: 1) com recursos oriundos de programas assistenciais e filantrópicos; 2) como dependente direto de recursos de familiares e outros que estão ao seu redor e ainda trabalham; 3) através de redes comunitárias de reciprocidade e solidariedade onde as trocas são realizadas sem dinheiro.

Especialmente sobre este último item, entre as formas de enfrentamento a este colapso do mundo do trabalho em curso, observa-se a emergência de redes alternativas de sociabilidade constituídas por sujeitos sociais que propõem formas coletivas de subsistência gradativamente livres da forma-dinheiro e, portanto, livres da forma-mercadoria, uma vez que, entre segmentos sociais crescentes, o dinheiro ou circula pouco ou já não circula mais (PANNE, 2017). Estas redes articulam iniciativas interessantes que utilizam formas alternativas de troca que dispensam o dinheiro - ou que reduzem muito a sua necessidade. Elas têm se afirmado, por exemplo, como redes de produção e troca de alimentos (hortas coletivas), trocas de objetos usados em bazares, brechós, trocas de serviços relacionados com cuidados de saúde, educação, bibliotecas, etc. Algumas destas coletividades surgem acompanhadas de uma profunda crítica ao sistema de produção de mercadorias e ao tipo de sociabilidade gerada pelo trabalho que gera mais-valor (KRENAK, 2019), (GUTTAL E MANAHAM, 2017). Este, contudo, é um tema para uma nova pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Projeto muda conceito de empregado para fins estatísticos, 04/01/2016. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/480009-projeto-muda-conceito-de-empregado-para-fins-estatisticos/>>. Acesso em 12/03/2020.

BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro, Zahar: 2005.

BERINGUY, A. Pela primeira vez mais da metade dos brasileiros não tem trabalho, diz

DAVIS, M. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

FREY, Carl Benedikt; OSBORNE, Michael A. The future of employment: how susceptible are Jobs to computerisation? 17/09/2013. Disponível em: <https://www.oxfordmartin.ox.ac.uk/downloads/academic/The_Future_of_Employment.pdf>. Acesso em: 03/10/2016.

GUTTAL, Shalmali; MANAHAN, Mary Ann. Os bens comuns, na natureza e na vida social, são a nova fronteira da luta anticapitalista. Disponível em: <<http://www.alainet.org/pt/articulo/186491> >. Acesso em: 10/03/2017

IBGE/SIDRA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Trimestre Móvel (PNADC/M). Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadcm/tabelas>>. Acesso em: 26/08/2021.

IBGE. Estatísticas de Gênero. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-1,1,2,-2,-3,128&ind=4726>>. Acesso em 28/06/2021.

IBGE/PNAD Contínua – Séries históricas. Disponível em: <[Divulgação trimestral | IBGE](#)>. Acesso em 16/11/20.

International Labor Organization (ILO). Informality and non standard forms of employment. Disponível em: <https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/how-the-ilo-works/multilateral-system/g20/reports/WCMS_646040/lang--en/index.htm>. Acesso em 2/05/2021.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

KRENAK, A. **Idéias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KURZ, R. O mito da produtividade: desenvolvimento tecnológico, racionalização e desemprego. Obeco, 21/06/2018. Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rkurz1.htm>>. Acesso em: 21/08/2019.

LUGONES, M. Colonialidad y género. Colombia, **Tabula Rasa**, nº 9, 73-101, jul-dec 2008.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1984(L.1).

McINTYRE, M. Race, surplus population and the marxist theory of imperialism. **Antipode**, pages 1489-1515, vol.43, Nov. 2011. Doi: 10.1111/j.1467-8330.2011.00898.x.

MENEGAT, E. **Cidades em colapso: sobre o crescimento da população desocupada e inativa nas capitais brasileiras**. In: PINTO, N. M. e outras. *Famílias e políticas sociais: os desafios da intervenção social*. Viçosa: UFV Editora, 2020.

MENEZES, F. A funcionalidade do racismo para o capitalismo. Juiz de Fora, FSS/UFJF. **Revista Libertas**, v.13, n.2, ago-dez 2013.

PANNE, V.V. A discreta emergência dos Bancos de Tempo. *Outras Palavras*, 11/08/2017. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/a-discreta-emergencia-dos-bancos-de-tempo/>>. Acesso em: 20/11/2021.

QUADROS, Waldir. É assustadora a bomba relógio que temos pela frente. Entrevista concedida a Patricia Fachin. **IHU-UNISSINOS**, 14/06/2019. Disponível em: <[“É assustadora a bomba-relógio que temos pela frente”. 80% dos trabalhadores brasileiros são pobres e vivem com renda de até 1.700 reais. Entrevista especial com Waldir Quadros - Instituto Humanitas Unisinos - IHU](#)>. Acesso em: 12/05/2020.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em <bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em 19/05/2008.